



## AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

### Gabinete do Secretário de Estado da Mobilidade

#### Despacho n.º 11281/2019

*Sumário:* Designa o licenciado João Manuel Rodrigues de Oliveira para exercer as funções de adjunto no Gabinete.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de adjunto no meu Gabinete, o licenciado João Manuel Rodrigues de Oliveira, com efeitos a partir de 26 de outubro de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

20 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado da Mobilidade, *Eduardo Nuno Rodrigues e Pinheiro*.

#### ANEXO

##### Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: João Manuel Rodrigues de Oliveira.

Data de nascimento: 23 de julho de 1967.

Nacionalidade: portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

2002 — Agregação à Ordem dos Advogados Portugueses;

1999 — Licenciatura em Direito, vertente jurídico-comerciais, pela Universidade Lusíada de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Entre 15 de outubro de 2018 e 25 de outubro de 2019: adjunto do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade do XXI Governo Constitucional;

Entre 11 de julho de 2016 e 14 de outubro de 2018: adjunto do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente do XXI Governo Constitucional;

Entre fevereiro de 2002 e julho de 2016: exercício de advocacia em prática individual, nomeadamente nas áreas do Direito Contraordenacional, Direito Penal, Direito Civil, Direito da Família, Direito do Trabalho;

Entre outubro de 2001 e junho de 2010: consultor jurídico da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade (CACMEP), no Ministério da Economia, desenvolvendo, nomeadamente, as seguintes atividades e responsabilidades:

Elaboração de informações, pareceres e estudos de natureza jurídica para suporte às decisões da Comissão;

Verificação da legalidade e regularidade da instrução processual, análise e elaboração de respostas a exposições, reclamações ou recursos de impugnação judicial remetidos à Comissão no âmbito do Direito Contraordenacional, Direito Penal, Processual Penal e Direito Administrativo;



Recolha, organização, difusão e atualização da legislação específica e informação inerente à atividade da Comissão;

Elaboração de decisões administrativas, nomeadamente quanto a licenciamentos industriais, licenciamentos de estabelecimentos de comércio alimentar e não alimentar, licenciamentos de estabelecimentos de restauração e bebidas, empreendimentos turísticos, licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis, licenciamento de grandes superfícies, segurança e higiene alimentar, contrastaria, metrologia legal, vendas à distância, vendas forçadas, vendas em cadeia, vendas de bens de consumo e garantias, livro de reclamações, afixação de preços em bens e serviços, tabacos venda, espaços e permissões, têxteis sua composição, rotulagem e tradução, brinquedos e equipamentos sob pressão;

Representante da Comissão junto da Direção-Geral do Consumidor no Consumer Protection Cooperation System (cooperação europeia no domínio da defesa do consumidor).

4 — Formação profissional complementar:

Diversificada, com especial incidência no direito do turismo e defesa do consumidor;

Formador desde maio de 2007, com Certificado de Aptidão Profissional — CAP com certificação do IEFP — n.º EDF 446356/2007 DL.

312781747